

Universidade Estadual de Santa Catarina
Centro de Educação a Distância
Madre Benvenuta, 2007
Cep 88035-001 – Florianópolis – SC – Brasil
Telefone: (+55)48 331 7127
E-mail: rita@led.br

Rita de Cássia Menegaz Guarezi, M.Eng.
Professora
E-mail: rita@led.br

Sônia Inez Grüdtner Floriano, M.Eng.
Professora Tutora e Corregedora
E-mail: pgrudtner@virtual.udesc.br

A REALIDADE BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA: EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Resumo: Este artigo pretende discutir as grandes transformações que têm-se delineado neste final de século e que essas mudanças têm gerado aos profissionais uma necessidade crescente por formação e aperfeiçoamento permanente, sendo o professor um dos principais alvo, principalmente diante da realidade da formação brasileira. Os processos de disseminação da informação associados ao avanço das novas tecnologias de comunicação e informação vêm despertando outras formas de aprender e de ensinar e o professor tem que ser preparado para lidar com essas novas tecnologias. A educação a Distância torna-se uma alternativa de formação aos professores diante dos novos desafios a serem enfrentados.

Palavras-chave: Formação de Professores, Educação a Distância, Novas Tecnologias na Educação.

Abstract: This article intends to discuss the big changes that were delineated in this end of century and more, these changes have given to the professionals a growing necessity of continuous formation and improvement . In this scenery the teacher is one of the most important goal. This because of the reality of the Brazilian formation.

The dissemination of the information processes associated to the advance of the new communication and information technologies are stimulating another ways of learning and teaching. And the teacher must be prepared to deal with these new technologies.

The distance education becomes an alternative to the teacher's formation because of the new challenges that have to be faced.

Key Words: Teacher's education, distance education, new technologies in the education system.

1. Introdução

Durante as últimas décadas, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação vem imprimindo à sociedade novos rumos. Vivencia-se uma ampla redefinição das

esferas social, econômica, política e pessoal. Desde a invenção da escrita e da imprensa nada tem causado tantas implicações sociais e estimulado tantas mudanças no mundo.

Na sociedade da informação o conhecimento tem se tornado uma necessidade, uma mercadoria de grande valor a ser produzida e comercializada. A educação é cada vez mais requerida no cotidiano das relações sociais, de inserção no mercado de trabalho ou de manutenção nesse mercado.

É crescente a exigência de profissionais capacitados para atender às situações, geradas pela nova ordem mundial. Ser gestor, empreendedor, trabalhar de forma colaborativa, aprender de forma autônoma e permanente são algumas dessas capacidades cada vez mais necessárias.

As transformações que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea implicam diretamente a educação. A maioria dos autores que discute educação e formação dos profissionais, sinaliza que as práticas dos professores não têm dado conta de atender aos desafios do contexto atual.

Para Bryan (1996), a formação do trabalhador com capacidade de inovar, de identificar problemas, encontrar soluções e implementá-las, é uma exigência tanto para o desenvolvimento econômico como para construir uma sociedade democrática. “Essas demandas de um novo tipo de formação colocam como desafio para os educadores a transformação dos currículos, das metodologias de ensino e da estrutura administrativa em vigor nas instituições escolares” (p.46). Em outras palavras, o autor quer alertar que para preparar pessoas criativas, inovadoras, capazes de enfrentamento diante de novas situações, é necessário uma educação inovadora, com educadores preparados para a formação desse novo tipo de indivíduo.

Segundo Libâneo (1998), para formar o aluno, para as exigências do mundo contemporâneo, é preciso uma formação de qualidade dos professores. “Há uma exigência visível de mudança da identidade profissional e nas formas de trabalho dos professores”. (p.52).

Carmo (1997) diz que há uma carência de professores preparados. Estes perderam o monopólio que detinham na distribuição do saber com a diversificação de outros meios no campo audiovisual e informático que proporcionam o acesso às informações de forma muitas vezes mais rápida e mais completa.

Khôl apud Carmo (1997) afirma que “Durante séculos, o professor foi considerado como a fonte de todos os conhecimentos. Ele já não pode cumprir esta função em uma época em que o saber não só se torna mais complexo de dia para dia, como também se modifica rapidamente” (p.167) e orienta que o professor tem que deixar de ser um mero transmissor de informações para ensinar o aluno a buscar informações com criticidade.

Assim, pode-se dizer que a redefinição do papel do professor é urgente para o desenvolvimento dos processos educacionais. Sua atuação tenderá a sair da prática expositiva sábia de sala de aula para o diálogo dinâmico, do sentir-se detentor do saber à construção coletiva do conhecimento, portanto sua formação e sua atualização permanente em sintonia com as aspirações e modos de ser das novas gerações é cada vez mais necessária para a promoção das transformações educacionais que o atual momento exige. Para tanto, outros modelos para formação de professores estarão sendo requeridos.

2. A formação do professor: realidade no Brasil

Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores. (Nóvoa, 1992,p.9).

Nas últimas décadas a formação dos profissionais da educação, é um problema que vem sendo debatido e analisado, em diversas áreas. Segundo Gatti (1997), mesmo com vários projetos e ações governamentais para melhoria da qualidade da formação, muito pouco tem se conseguido conquistar. “O fato é que nenhuma política mais consistente em relação à carreira do professor foi

implantada de fato, ficando em legislações gerais ou medidas paliativas que não têm contribuído para a melhoria mais generalizada das condições de ensino no país”. (p.325).

O crescimento da demanda por educação e conseqüentemente de professores, gerada pelo desenvolvimento econômico, levou à expansão dos cursos e ao aumento de professores com formação superior. No entanto, Gatti (1997) afirma que há uma evidente despreocupação em como esses cursos funcionam e em que nível de qualidade a formação está sendo realizada. “Contraditoriamente esta demanda educacional aumentada não redundou em políticas de melhoria das condições de exercício do magistério e de apoio à melhor qualificação dos formadores de formadores”. (p.42)

O que se apresenta, segundo autores como Gatti (1997), Nóvoa (1992), Monlevade (1996), Alves (1998), dentre outros, é uma descaracterização crescente dos cursos de formação de professores, tanto em nível médio, como nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas de modo geral. Sendo que, parece acentuar-se o problema no ensino superior, onde os cursos voltados para a formação de professores ocupam nas universidades um posição desvantajosa. “As universidades voltaram-se para a pesquisa científica e as chamadas áreas nobres (biotecnologia, informática, engenharias, física, químicas, medicina, etc.) ficando a licenciatura com rótulo de curso “menor”. (Gatti,1993, p.328)

Nóvoa (1992) mostra que o que se apresenta é uma formação dirigida por um modelo de “racionalidade técnica”, ou seja, um modelo que separa o conhecimento básico, o aplicado e as práticas profissionais.

Segundo Gómez (1992), é evidente o progressivo afastamento entre a investigação acadêmica e a prática cotidiana do educador. “O mundo da investigação e o mundo da prática parece formar círculos independentes que rodam sobre si mesmos sem se encontrarem” (p.101). Frente a esses desencontros, os conhecimentos, estratégias e técnicas parecem inúteis aos professores na tentativa de resolverem os problemas educativos.

No Título VI da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira, N.º 9.394 de 1996, que estabelece os fundamentos da formação dos profissionais da educação para o atendimento dos diferentes níveis e modalidades de ensino, é destacado a necessidade de ligar teoria e prática, “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço”(art.61,I). A legislação orienta, todavia não é aplicada, conforme consenso de autores que discutem a formação do professor sobre o abismo que separa a teoria da prática.

Isso se evidencia quando se discute questões relacionadas às TICs¹, pois as dificuldades dos professores em incorporar e utilizar adequadamente os recursos tecnológicos é gritante. Mas essa evidência parece não mobilizar as instituições formadoras, que não contemplam a importância dessa preparação em seus currículos.

Stahl (1997,p.310) diz que “A formação dos professores que irão atuar no segundo milênio continua sendo a mesma de décadas atrás, ignorando a maioria dos avanços científicos ocorridos no mundo, assim como a evolução das tecnologias que podem ser usadas em educação”. E que ainda está muito longe a formação de professores que considere todas as possibilidades de uso da tecnologia em benefício da educação.

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, destaca a necessidade urgente de se traçar uma política de ação educacional para as tecnologias educacionais por intermédio das universidades, buscando adequar a formação, e conseqüentemente, a prática dos profissionais da educação às novas realidades sociais, econômicas políticas e culturais.

Portanto, é importante assinalar que a preparação desses profissionais passa pela necessidade de políticas educacionais mais efetivas, que tratem com a mesma seriedade, a formação inicial, as condições de trabalho, salário, carreira e a formação continuada.

¹ Tecnologias de Informação e Comunicação

3. Que professor precisamos formar?

Segundo documento do Ministério da Educação de subsídios para a elaboração de propostas de diretrizes curriculares gerais para as licenciaturas (1999), no que se refere aos aspectos fundamentais na metodologia nos cursos de formação de professores, é destacada a relação teoria e prática:

A análise e reflexão sobre a prática são consideradas valiosos instrumentos para a formação e um dos mais importantes procedimentos a serem aprendidos pelos futuros professores: portanto, recurso privilegiado para o tratamento dos conteúdos de todos os âmbitos do conhecimento profissional.

A preparação, pois, do professor deve realizar-se de maneira a torná-lo um profissional qualificado, consciente do significado da educação, para que possa estender essa consciência aos educandos, dando-lhes uma dimensão coletiva e solidária de sua existência.

Nesse sentido, autores como Severino (1999) dizem que valorizar o trabalho docente significa dotar os professores de perspectivas de análise que os ajudem a compreender contextos nos quais se dá sua atividade docente, garantindo-lhes instrumentos adequados para sua intervenção prática no processo social. Alertam, ainda, que para isso precisam de uma formação inicial de qualidade e oportunidades para formação contínua. É necessário que esses profissionais se apropriem de conhecimentos, desenvolvam habilidades e principalmente hoje, dominem as novas tecnologias para dar conta das exigências na atualidade.

Diante das indicações da adequada formação para os professores, destaca-se a importância da formação para o uso das TICs, sendo que essa é uma discussão fundamental nesta era em que o avanço tecnológico ocorre em uma velocidade surpreendente.

3.1 Formação para as mídias

O uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na educação abre diversas questões de premente discussão. De um lado, tem-se as instituições que precisam incorporar essas tecnologias para que, não se tornem ainda mais obsoletas em seu objetivo de socialização e contextualização dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, por outro lado as NTIC não podem ser integradas nos moldes da educação tradicional.

Conforme Trindade (1998), não se pode pensar na introdução das inovações tecnológicas sem profundas mudanças nos modos de ensinar, e na própria concepção e organização dos sistemas educativos.

Uma nova prática, portanto, necessita ser construída. A educação, principalmente pública, não tem acompanhado o desenvolvimento tecnológico e científico, não tem formado indivíduos preparados para este mundo que se constrói impregnado de tantas inovações.

O que se vê, por parte do educador, é uma dificuldade em trabalhar com essa nova realidade, com essa nova cultura, agarrando-se aos velhos paradigmas racionalistas e reducionistas.

Todavia, mesmo sem significativas mudanças nas práticas pedagógicas, esses meios, estão de qualquer forma entrando no espaço escolar, seja pela pressão da indústria de equipamentos e entretenimento que exploram cada vez mais o mercado educacional, por meio dos alunos que convivem com essas tecnologias diariamente ou ainda por exigência das empresas. Não há mais como omitir, pois a omissão desses meios seria decretar a obsolescência da escola.

A compreensão deste momento histórico conflitua totalmente com a escola. Pensar em uma educação que valorize a imaginação e a afetividade, dentro de uma nova razão é realmente complicado.

É difícil admitir que o imaginário e a afetividade possam, de alguma forma, influenciar a escola, a empresa, ou a organização social. Na mente dos homens que detêm o poder cultural, qualquer expressão imaginária ou afetiva está ligada ao prazer, à arte, à manipulação. (Babin & Kouloumdjian, 1989, p.106-107).

O que não pode acontecer é utilizar estes meios: computador, vídeo, televisão e outros como mera instrumentalidade, ou seja, como mais um recurso didático-pedagógico na prática já posta. Utilizá-los dessa forma “*é o mesmo que matá-los*” afirma Pierre Babin (1989). Bem como, introduzir todos esses equipamentos dentro da escola de forma forçada é assinar sua não-utilização. Pois, nessa perspectiva, esses instrumentos seriam utilizados para seguir a educação como ela está, apenas agora, com recursos mais avançados, mais modernos.

Stahl (1997,p.302) diz que

Não basta simplesmente transferir o processo ensino-aprendizagem, na forma como ocorre na sala de aula, para uma nova tecnologia, dando ares de modernidade à escola, sem alterações em profundidade. É preciso que os professores estabeleçam o quê, como, onde, por quê, para quê, e para quem servem as novas tecnologias.

Entende-se que é necessário construir caminhos para os professores se apropriarem criticamente das novas tecnologias, e entenderem que qualquer mudança dependerá em grande parte de sua capacidade de analisar e adotar princípios, estratégias e técnicas mais adequadas às condições da realidade educacional na sociedade cada vez mais informatizada.

Fusari (1998) destaca que é preciso pesquisar e organizar uma sólida formação de educadores em ciência da comunicação escolar com mídias. Nesse âmbito, afirma que existe a necessidade de uma formação inicial de professores comunicadores e uma formação continuada de professores comunicadores em serviço.

A autora ainda discute que uma sólida formação vai além de ajudá-los a aprender as técnicas dos diversos meios de comunicação e de considerá-los como simples recursos, tecnologias ou ferramentas de transmissão de informações, mas essa formação inclui “dominar de modo amplo, profundo, contínuo esses poderes técnicos, estéticos das diversas mídias consideradas em seus duplos ‘matéria organizada/organização material’ que envolve ajudar nas realizações emancipatórias, culturais, renovadoras, democráticas na sociedade” (p.243).

Nesta perspectiva, Blandin (1990) assinala algumas competências que devem ser desenvolvidas no ensino superior, necessárias aos profissionais da educação em quatro grandes áreas: cultura **técnica** que se relaciona ao domínio das mídias para mediatizar as situações educativas; competências de **comunicação** pois a comunicação interpessoal é fundamental para um novo fazer pedagógico; trabalhar com **método**, ou seja sistematizar procedimentos e métodos para alcançar os objetivos e competência para **capitalizar**, isto é, socializar seus conhecimentos, suas experiências e aproveitar as experiências e conhecimentos dos outros na construção de uma prática coletiva.

Belloni (1999) destaca que a competência mais difícil de ser desenvolvida na formação dos educadores é a cultura técnica, ou seja, elaborar estratégias pedagógicas adequadas para integrar materiais em suportes tecnológicos mais sofisticados.

Para tal competência, Blandin (1990) diz que **saber mediatizar** é uma das capacidades indispensáveis para trabalhar com os suportes tecnológicos, ou seja, para utilizar os meios mais convencionais ao preparar sua aula o professor já mediatizava. No entanto, o meio mais importante utilizado pelo mesmo era a linguagem verbal. Agora, ele deverá ser capaz de fazê-lo também por meio do variado elenco de mídias oferecidas hoje.

Assim, Stahl (1997) busca mostrar um novo modelo de formação, indicando que será possível preparar adequadamente os educadores para o uso das tecnologias, se houver uma formação que desenvolva:

- Inicialmente a competência técnica para o uso das tecnologias que integre os diferentes aspectos da tarefa docente: pedagógico, científico, político e social.

- Percepção clara do contexto sócio-político-econômico-cultural. É preciso que o professor compreenda a influência da tecnologia no mundo moderno, para que possa direcionar as tecnologias a serviço da educação e da formação dos alunos e para isso é preciso romper as práticas arcaicas e repensar o fazer pedagógico, como profissional crítico, questionador de sua própria prática.
- Busca de constante auto-aperfeiçoamento. Redimensionar papéis é uma questão fundamental. O professor precisa ser preparado para ser um planejador, um pesquisador, aquele que busca na prática reflexiva o entendimento da necessidade de promover seu aperfeiçoamento permanentemente e conseqüentemente sua prática.
- Aceitação e uso das inovações. Não significa preparar um professor que considere que as tecnologias irão resolver todos os problemas educacionais, mas é preciso romper com a resistência às inovações. É preciso que o professor entenda a facilidade de uso, as possibilidades e as vantagens que essas tecnologias podem trazer para o fazer pedagógico, quando aplicadas em uma concepção educacional que prime pela cooperação, interação e diálogo.

Fica claro, então, que no campo da utilização dos recursos tecnológicos na educação, é necessário formar o professor não somente para dominar a técnica, trabalhando com textos, sons, imagens, *software*, mas também para que o mesmo possa ir além do entendimento das tecnologias. Tenha a compreensão do uso das mesmas no processo de construção do conhecimento e como acontece este movimento do ensinar e aprender, nesta sociedade onde a comunicação permite que cada vez mais um maior número de pessoas tenham acesso às informações que se multiplicam e se atualizam rapidamente, superando tempo e espaço, transformando crenças e referências milenares.

4. Alternativas para a formação do professor

Uma política de formação inicial e continuada dos professores parece ser emergente, para dar conta da demanda por formação e da qualidade da mesma. Mesmo com o aumento do número de professores formados em nível superior, conta-se ainda com mais de 50% dos professores que atuam na rede estadual, municipal e particular no Brasil, sem formação em nível superior, em torno de 840 mil professores. No último relatório de pesquisa do INEP (1997), que apresentou esses dados, Castro diz que “Espera-se que a divulgação do Censo do professor estimule os pesquisadores da área da educação a realizar estudos e análises que produzam referências para o aperfeiçoamento das políticas de formação e de desenvolvimento do Magistério”.

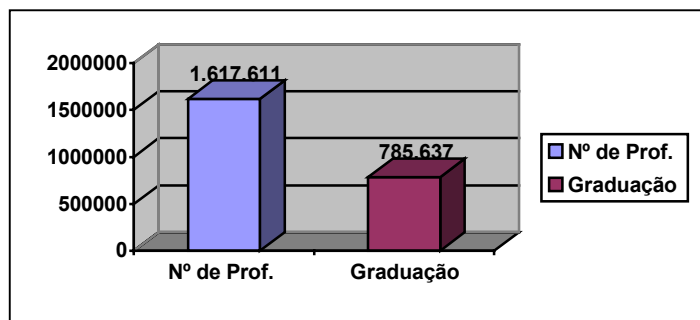


Figura 01: Número de docentes e formação em nível de graduação no Brasil

Fonte: Censo 1997. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP

A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (N.º 9.394/96), demonstra interesse em mudar esta realidade quando exige em seu artigo 62:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação...” acentuando no artigo 87 – “É instituída a Década da Educação, a iniciar um

ano a partir da publicação desta Lei.”, e no mesmo artigo inciso 4º “Até o final da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.

Assim, a exigência da lei que estipula um prazo até 2006 para que todos os professores obrigatoriamente tenham nível superior para exercer o magistério, a necessidade de uma educação que atenda ao atual contexto social, político e econômico e a superação do modelo curricular posto nos cursos de formação de professores são desafios a serem enfrentados por todos que se interessam pela educação no Brasil.

Essa situação parece trazer desdobramentos positivos, pois tende a criar uma mentalidade de busca da formação e atualização permanente, gerando uma demanda que deverá ser atendida. Os sistemas de educação terão necessariamente que expandir sua oferta de serviços, criando novas ofertas de formação tanto inicial, quanto continuada.

Carmo (1997) alerta que o número de “aprendentes” aumentou significativamente e que esta explosão tem criado uma sobrecarga que os sistemas educacionais não estão preparados para atender.

Artetio (1994) também concorda, dizendo que diante das diferentes circunstâncias no mundo atual, é necessário o estabelecimento radical de alternativas educativas, pois não há mais como limitar a formação dos indivíduos ao período escolar, impedindo as possibilidades de atualização contínua.

O autor diz que o sistema convencional de educação não pode dar respostas a tantas necessidades de adaptação progressiva a este mundo em mudança e com crescente demanda de educação e relaciona alguns fatores que propiciam o desenvolvimento da educação a distância como uma alternativa em potencial para atender a estas necessidades, reforçando e completando o que os demais autores acima afirmaram:

- Aumento da demanda social de educação provocou a massificação das aulas convencionais, de um lado pela explosão demográfica e do outro pelas próprias exigências de uma era onde o conhecimento é o capital principal;
- Setores sociais esquecidos, onde pessoas com capacidade de ter êxito nos estudos, mas que não tiveram oportunidade de se formar por motivos diversos, hoje são um capital humano subutilizado;
- Custos dos sistemas convencionais de educação;
- Necessidades de flexibilizar a rigidez da formação convencional;
- Necessidade de inovação dos sistemas educacionais que não se adequaram aos novos tempos e às exigências sociais;
- Possibilidades vindas do avanço nos estudos educacionais e da psicologia, que possibilitam o planejamento para a utilização de recursos e uma metodologia que potencializa o trabalho independente e a aprendizagem na falta da presença direta do professor;
- Necessidade de conciliar estudo com trabalho, forçosamente exige um ensino mais flexível;
- diversas possibilidades que o avanço no campo da comunicação e da informática têm trazido para o ensino;
- Enfim o potencial que a EAD tem em democratizar o acesso à educação.

Estes e outros são os fatores levantados pelos autores citados e muitos outros que discutem as possibilidades crescentes da EAD nos tempos atuais, nos mostrando a importância e porque não dizer emergência em investimentos e pesquisas, pois a Educação a Distância (EAD) tende a tornar-se uma alternativa cada vez mais importante no atendimento às exigências no atual contexto. Assim, poderá não somente atender a demanda crescente de professores por formação em nível superior, mas também inovar o modelo de formação presencial.

4.1 A formação à distância

Autores que discutem a utilização das novas tecnologias na educação e a Educação a distância, colocam a importância desta, apontando diversos argumentos para esta proposição.

Será cada vez mais comum as inovações nos sistemas educacionais. Sistemas de autoformação, formação aberta, individualizada, personalizada, flexível, estarão sendo discutidos e implementados.

Belloni (1999) diz que a EAD tende a tornar-se cada vez mais um elemento regular e necessário dos sistemas educativos, não apenas para atender a demandas de grupos específicos, mas com funções de crescente importância, especialmente no ensino pós-secundário, o que inclui o ensino superior regular e toda grande e variada demanda de formação contínua, gerada pela obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB/96), em seu art.80 “*O poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada*”, bem como, sua regulamentação pelo Decreto n.º 2494/98 e Portaria n.º 301/98, reconhecem e normatizam o desenvolvimento da Educação a Distância.

Enfim, pode-se entender a EAD não como uma panacéia que resolverá todos os problemas educacionais e/ou que substituirá o ensino presencial mas, como explica Nunes (1992), a Educação a Distância e a Educação Presencial são duas modalidades do mesmo processo. A aliança da EAD com a educação presencial e com outras instâncias sociais só tende a trazer benefícios para a formação das novas gerações.

Para Pierre Lévy (1999), a demanda de formação nunca foi tão grande quanto hoje, “As universidades transbordam. Os dispositivos de formação profissional e contínua estão saturados. Quase metade da sociedade está, ou gostaria de estar na escola” e adverte, que não há como aumentar o número de professores para atender a toda esta demanda, que cresce cada vez mais em todos os países.

A educação a distância mostra-se, portanto, como uma alternativa capaz de ampliar este espaço. Muitas possibilidades já foram pensadas e testadas por universidades abertas e por universidades convencionais que lançam mão do uso dos diversos recursos tecnológicos para levar a educação a um maior número de pessoas. Assim, cada vez mais novos modelos e metodologias deverão ser pesquisados e implementados, para o aperfeiçoamento crescente desta modalidade de ensino que certamente estará contribuindo para a formação dos profissionais da educação.

Gomes(2000) aponta por meio da sua pesquisa, alguns aspectos que considera fundamental para um curso de Graduação a Distância:

- Diretrizes baseadas na educação do adulto e em princípios educacionais construtivistas;
- Avaliação processual e formativa;
- Comunicação de "mão dupla" e garantia da interação;
- Sistema de preparação e acompanhamento de alunos, professores e envolvidos no ensino-aprendizagem à distância;
- Logística de implementação e execução do curso;
- Ambiente de aprendizagem *on-line* interativo e propulsor do estudo mais independente;
- Cuidados didático-pedagógicos especiais com a elaboração do material didático.

Enfim, pode-se compreender que a preocupação com as orientações pedagógicas de cada passo dado, no sentido de construir ambientes de aprendizagem para o ensino a distância, será fundamental. A equipe que coordena e monitora alunos; os professores e os próprios alunos têm que estar preparados para desenvolverem seus papéis de forma autônoma e colaborativa.

5. A Experiência da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

A UDESC teve no ano de 1999 seu primeiro curso à distância aprovado pelo Ministério da Educação. O curso em Pedagogia, com habilitação em *Magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental* foi também o primeiro curso de graduação à distância a ser realizado em Santa Catarina.

Conforme Cechinel (2000), a iniciativa de Educação a Distância na UDESC teve início com um projeto para sua implantação em 1991. A partir disso muitas foram as tramitações na busca da legalidade desta modalidade de ensino. Em 1998, com a visita oficial do MEC, desecadearam-se mudanças no projeto para atender às exigências necessárias para sua aprovação. Em agosto de 1999 por determinação do MEC, iniciou-se um projeto-piloto com 240 alunos, divididos em 4 pólos, em 14 municípios. O credenciamento da instituição se deu através da Portaria Nº 769/MEC, de 1º de junho de 2000, publicada no Diário Oficial da União, na referida data.

Hoje o Curso de Pedagogia a distância oferece a formação de Pedagogo, com habilitação em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e/ou da Educação Infantil e já atende mais de 14.000 professores da rede municipal, estadual e particular do Estado de Santa Catarina.

O processo seletivo é realizado por meio do currículo do aluno, principalmente, as notas obtidas na 3ª série do curso de Ensino Médio e curriculum vitae, levando em conta, basicamente, o tempo de serviço no magistério e a frequência a cursos de capacitação profissional. Atualmente, o curso está sendo oferecido apenas a instituições (públicas ou privadas), como prefeituras e escolas, por meio de convênios ou contratos.

A carga horária do Curso é de 3.210 horas/aula/atividade, correspondentes a 214 créditos. Deste total de horas, 2.565 (171 créditos - 80%) são desenvolvidas na modalidade de Educação a Distância e 645 (43 créditos - 20%) são reservadas para encontros presenciais. Estes encontros são realizados semanalmente nos Núcleos de Formação, com a presença de um tutor. A percentagem mínima de frequência nos momentos presenciais, em cada disciplina do curso, é de 75%. Além disso, uma das avaliações da disciplina é uma prova escrita, de caráter individual, em que o aluno também deve estar presente. O Curso pode ser concluído num prazo mínimo de 3 anos, e máximo de 7 anos.

Os principais recursos didáticos são cadernos pedagógicos para cada disciplina e os guias de estudos, entregues diretamente aos alunos nos encontros presenciais, ou enviados pelo correio, e também fitas de vídeo, revistas, capítulos de livros, livros, artigos e textos disponibilizados aos alunos via Web.

Para a organização da EaD na UDESC foi criado o Centro de Educação a Distância - CEAD, que se responsabiliza pela:

- Coordenação administrativa;
- Coordenação didático-pedagógica;
- Implantação de Cursos de Educação na modalidade a distância;
- Aprovação de Projetos que visem à consolidação dos Cursos;
- Implementação de novos Cursos, Seminários e Workshops visando o aperfeiçoamento e à melhoria da qualidade dos Cursos em andamento;
- Celebração de Convênios e parcerias com Órgãos e Instituições públicas e ou privadas que tenham interesses mútuos com os objetivos dos Cursos.

No Relatório Avaliativo realizado pela Universidade Virtual Pública do Brasil (2002), o curso foi conceituado entre “Muito Bom e “Bom” e recomendado sem ressalvas.

6. Considerações finais

A formação do novo professor estará requerendo um novo princípio educativo que dê conta de desenvolver capacidades para lidar com a rapidez das mudanças na sociedade da informação. Há que se substituir a pedagogia rígida tradicional por uma pedagogia que desenvolva competências

como aprender a buscar informações, compreendê-la e saber utilizá-la na resolução de problemas. Entende-se que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação estão contribuindo para a transformação do aprendizado. Elas abrem outros modos de aprender que não se restringem às escolas e universidades formais. Por meio dessas tecnologias espaços mais abertos se constroem, como o ensino a distância, possibilitando aos profissionais aprender permanentemente, solucionando os problemas de falta de acesso à educação e das dificuldades de estudo em local e horário rígido.

Quando se fala do que se espera do profissional hoje e cada vez mais no futuro, fica claro a necessidade de investir no educador que é o responsável pela formação destes indivíduos que "amanhã" estarão no mercado de trabalho.

Além de suprir a carência de formação, também fica explícito que é preciso repensar a formação acadêmica, visto que constatou-se que a mesma é contraditória às necessidades da sociedade atual. A não-formação do professor para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação é apontado pelos autores como um dos aspectos que justificam esta afirmação.

Diante das considerações apresentadas, pode-se dizer é emergente novas políticas de formação dos educadores e que o uso da Educação a Distância, apresenta-se como uma importante alternativa para o desenvolvimento de cursos a distância nesta formação.

7. Referências

- ALVES, Nilda. **Trajetória e Redes na Formação de Professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- BABIN, Pierre e KOULOUMDJIAN, Marie France. **Os Novos Modos de Compreender: a geração do audiovisual e do computador**. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.
- BELLONI, M^a Luiza. **Educação a Distância mais Aprendizagem Aberta: reflexões sobre a educação do futuro**. 1999
- BLANDIM, B. **Formateurs et formation multimédia**. Paris, 1990.
- BRYAN, Newton Antônio Paciulli et al. **Formação do Educador**. São Paulo: UNESP, 1996.
- GOMEZ, Rita de Cássia Guarezi. **Educação a Distância: Uma alternativa para a Formação de Professores e demais Profissionais na Sociedade do Conhecimento**. Florianópolis, 2000. 169f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2000.
- CECHINEL, José Carlos. **Manual do Estudante**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2000.
- CARMO, Hermano Duarte de Almeida. **Ensino Superior a Distância**. Volume I: Contexto Mundial. Lisboa: Universidade Aberta, 1997.
- FUSARI, M^a F.R. **Comunicação, Mídias e Aulas dos Professores em Formação: Novas Pesquisas?**. IX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. São Paulo, 1998.
- GATTI, Bernadete et al. **Linhas de Rumo em Formação**. Portugal: Aveiro, 1993.
- _____. **Formação de Professores Carreira: Problemas e Movimentos de Renovação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- GÓMEZ, Angel Pérez et al. **Os Professores e Sua Formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Edições 34, 1999.
- LIBÂNEO, José C. **As mudanças na Sociedade, a reconfiguração da profissão de professor e a emergência de novos temas na Didática**. IX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. São Paulo, 1998.
- MONLEVADE, João. **Professores: formação e profissão**. Campinas, SP: NUPES, 1996.
- NÓVOA, António. **Profissão Professor**. Portugal: Porto, 1991.
- Relatório Avaliativo**: Curso de Graduação em Pedagogia na Modalidade Licenciatura Plena da Universidade do Estado de Santa Catarina. Universidade Virtual Pública do Brasil: Pólo de Avaliação, 2002. Disponível em http://www.virtual.udesc.br/html/avalia_unirede/relat_udesc.doc. Acesso em 14 de maio de 2003.

- SEVERINO, Joaquim A. et al. **Documento Norteador para a Elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores**, 1999.
- STAHL, Marimar M. et al. **Magistério: Construção Cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- TRINDADE, Vitor M. S. **Para uma Epistemologia das Práticas Pedagógicas: algumas reflexões**. IX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. São Paulo, 1998.